

## Metas dos ODM: Mal Compreendidas ou Mal Formuladas?

por Hamid Tabatabai, Economista Sênior,  
Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), Organização Internacional do Trabalho, Genebra

**Em um recente *One Pager***, intitulado “ODM: Metas Mal Compreendidas?”, Jan Vandemoortele procura corrigir um “equivoco comum... da visão convencional sobre os ODM”. Ele observa que “os ODM eram essencialmente uma extrapolação das tendências globais de 1970 e 1980, projetadas até 2015... Assim, medir se o progresso está no bom caminho para o cumprimento dos objetivos em 2015 só pode ser feito a nível global... É errado lamentar, por exemplo, que a África Subsaariana não cumprirá os ODM, já que as metas não foram definidas especificamente para esta região.” O mesmo se aplica necessariamente ao nível nacional. Neste *One Pager*, argumenta-se que, se Vandemoortele estivesse correto, os ODM não seriam apenas mal compreendidos, mas também mal formulados.

Vandemoortele foi co-diretor do grupo interagencial das Nações Unidas responsável pela consolidação dos ODM. Dessa forma, pode-se a princípio considerar que a sua opinião representa a visão “oficial”. No entanto, sua visão parece estar em desacordo com diversos documentos, que sugerem o contrário, tanto ao nível regional quanto nacional. Por exemplo, o principal relatório do Projeto do Milênio da ONU está repleto de afirmações como “os países da Ásia Ocidental têm-se aproximado, como grupo, do cumprimento dos Objetivos, mas os progressos têm sido assimétricos dentro da região, dentro dos países e entre os Objetivos. Alguns países já se aproximaram do cumprimento da maioria dos Objetivos e até já se comprometeram com metas adicionais aos ODM, mais ambiciosas, mas outros permanecem significativamente fora do caminho para atingir os Objetivos originais” (2005, p. 161).

Mais importante ainda, a interpretação de Vandemoortele privaria a estrutura dos ODM de muito da sua força, se não mesmo da sua própria razão de existência. Existem várias razões. A primeira se relaciona com as metas dos ODM serem meramente extrapolações de tendências históricas. Se isto é tudo a que se aspira, por quê, então, nos preocupar? Assegurar que tendências passadas continuem não parece requerer toda a agitação que rodeia os ODM. Uma justificação respeitável para estabelecer tais objetivos seria introduzir maiores esforços para melhorar o desempenho passado. Por um lado, os ODM se destinam presumivelmente a acelerar as tendências através de reformas nos países em desenvolvimento, e, por outro, aumentar os fluxos de ajuda e investimento por parte dos países desenvolvidos.

Em segundo lugar, o fato das metas quantitativas serem baseadas em tendências globais não é, por si mesmo, razão para não as aplicar a outros níveis, como o regional e o nacional. De fato, o Relatório do Projeto do Milênio da ONU interpreta explicitamente os ODM como “objetivos nacionais, dado que é este o espírito com que são perseguidos em todo o mundo” (p. 3).

Em terceiro lugar, as tendências passadas são médias de diversas experiências. Alguns países se mantêm obviamente abaixo da média. Um motivo para estabelecer tendências passadas como meta é o de encorajar países de desempenho fraco a se elevarem ao nível médio. Isto iria também elevar a média. Se esta era a intenção, as metas dos ODM teriam de se aplicar aos contextos regional e nacional, e não ao global dos

quais derivam. Não é necessariamente verdade que “interpretar os ODM como uma medida uniforme significa condenar *inevitavelmente* mais da metade dos países à categoria de ‘mau procedimento’ ...” (ênfase acrescentada). Este seria o caso apenas se as tendências gerais persistissem, não quando aceleram. É, em princípio, possível a cada país num grupo sair-se melhor do que a média do grupo no passado.

Finalmente, se os ODM se destinassem apenas a ser seguidos globalmente, por quê é que tantos países tentariam alcançar os ODM no contexto nacional? Claramente, muitos países parecem achar inadequada uma interpretação conservadora dos ODM – segundo a qual deveriam ser aplicados apenas globalmente – e adotaram sua própria interpretação. De fato, é a própria organização de Vandemoortele, o PNUD, que lidera a monitoração dos esforços dos ODM e insiste em fazer relatórios nacionais!

Vandemoortele está, contudo, certo de que “seria um equívoco trágico dos ODM caso... países [que não cumprissem as metas globais] fossem classificados como ‘fracassados’ ...”. Poderia de fato haver razões perfeitamente legítimas para que alguns países ficassem aquém de tendências históricas globais ou de quaisquer outras metas quantitativas, independentemente do modo como foram estabelecidas. O verdadeiro critério para julgar o desempenho e o esforço é saber se fizeram o melhor que podiam à luz das circunstâncias.

#### Referências:

UN Millennium Project. 2005. *Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals*. New York.  
Vandemoortele, Jan. 2007. “[MDGs: Misunderstood Targets?](#)”. Centro Internacional de Pobreza. One Pager No. 28. Janeiro.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:  
[www.undp-povertycentre.org](http://www.undp-povertycentre.org)